

O PROJETO DA SISTEMATIZAÇÃO

Os 93 membros da Comissão de Sistematização encerraram ontem o exame do substitutivo apresentado em julho pelo relator Bernardo Cabral; o projeto de Carta, com 271 artigos permanentes e 72 transitórios, será enviado aos 559 membros do plenário



O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), ao centro, presidiu a Mesa da Sistematização; o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o segundo sentado à esq. de Arinos, foi o relator do projeto original, com 496 artigos

Carta da Comissão tem 271 artigos

Da Redação da Folha

Os 93 membros da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte concluíram ontem o exame e a votação de emendas ao substitutivo apresentado em julho pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O substitutivo original, conhecido como Cabral-2, tinha 496 artigos. O projeto de Carta concluído ontem tem 271 artigos permanentes além de cerca de 72 transitórios que ainda estão sendo analisados por Cabral.

O relatório encaminhado até o dia 25 o projeto de Carta aprovado na Sistematização aos 559 membros do plenário para um debate inicial, cuja duração prevista é de três meses. Nesta fase, qualquer mudança no projeto terá que ter no mínimo 280 votos (soma equivalente a 50% mais um do plenário). Em seguida, a Sistematização terá dez dias para refazer o projeto, já integrando as modificações aprovadas.

O mesmo procedimento será repetido ainda uma vez, com um prazo mais reduzido de tempo para cada etapa (quinze dias para o reexame do plenário e cinco dias para o da Sistematização). Encerradas todas estas etapas, o plenário terá, finalmente, a tarefa de homologar a redação definitiva da nova Constituição brasileira.

Grandes lances

Quando Bernardo Cabral apresentou o seu substitutivo, a imediata tempestade de críticas de que foi objeto permitiu prever que nos meses seguintes a vida política em Brasília seria marcada por polêmicas. A principal delas —por envolver diretamente os interesses do presidente José Sarney e as relações entre o Planalto e o Congresso constituinte— foi a relativa ao sistema de governo e duração do mandato presidencial.

Pressionando pela aprovação do presidencialismo e pelo mandato de cinco anos, do qual afirmava não abrir mão, Sarney jogou tudo o que podia, inclusive acenando com uma reforma ministerial que deveria beneficiar seus "amigos", e com 5 mil cargos para distribuir entre os "fiéis" —entre eles, a presidência da Sudene e a embaixada do Brasil em Paris.

A batalha envolveu em luta apaixonada todas as facções presentes no plenário —parlamentaristas e presidencialistas, quatroanistas e cincoanistas— e resultou, no final das contas, no maior desgaste do governo e na derrota pessoal e política do presidente.

Através da imprensa, a opinião pública pôde acompanhar os grandes lances que provocaram o fim da Aliança Democrática e conduziram ao que Sarney passou a chamar "a solidão do poder" —as pressões do

PFL, que se provaram inúteis, pela nomeação de um pefelesta para o Ministério da Previdência no lugar do então ministro Raphael de Almeida Magalhães (PMDB-RJ); a reunião de vinte governadores do PMDB, no Rio, em 17 de outubro, em apoio a Magalhães, que no entanto acabou sendo deposto cinco dias depois, para ceder lugar ao pemedebista Renato Archer, amigo íntimo do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; as intrincadas articulações envolvendo governadores, assessores de Sarney e constituintes, até a formação de um "Centrão" reunindo os "moderados" do plenário.

Deus

A quantidade de interesses em jogo e a extensão do Cabral-2 provocaram o surgimento de cerca de 10 mil destaques, uma quantia exorbitante e cuja análise não poderia ser feita com seriedade no prazo de quinze dias —definido em 24 de setembro pela própria Sistematização, que contava acabar seus trabalhos por volta de 10 de outubro.

O procedimento dos constituintes, além disso, era marcado pelo sectarismo —incluindo o uso de expedientes regulamentares como questões de ordem que impiediam o livre desenvolvimento da discussão— e pela demagogia. A demagogia que determinou a aprovação da menção a Deus no preâmbulo da Constituição, em 24 de setembro, por 74 votos contra apenas um, de Haroldo Lima, do PC do B. Sob as mais variadas alegações, era desprezado o elementar —e histórico— princípio de separação entre religião e Estado.

A mesma demagogia determinou, por exemplo, a concessão de aposentadoria de valor igual ao do salário integral recebido pelo beneficiado, qualquer que seja sua faixa, coisa que, aparentemente benéfica do ponto de vista social, implicará na realidade um rombo gigantesco da Previdência. Outros artigos de consequências importantes para o país —como os que regulamentam a distribuição do petróleo, a caracterização de "empresa nacional" e a estabilidade no emprego— foram aprovados quando a polêmica apenas começava.

Os prazos, no final das contas, acabaram sendo atropelados. A leitura inicial acabou cedendo lugar, nos últimos dias, à aprovação apresentada de dezenas de artigos. Este processo, totalmente vulnerável às pressões e oscilações da conjuntura nacional, marcado por casuismos e votações cujos objetivos eram muito mais imediatistas do que de natureza própria a uma Carta, mostrava agora seus efeitos quando as discussões forem retomadas no plenário. Ali, todos os problemas não resolvidos na Sistematização —e são muitos— ressurgerão com toda força.

OS ARTIGOS MAIS IMPORTANTES

1 Sistema de governo e mandato presidencial

Por 48 votos a 45, foi aprovada a emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA) reduzindo para quatro anos o atual mandato presidencial (cinco para os demais), e mantido o texto que prevê a implantação do parlamentarismo em março de 1988. As próximas eleições presidenciais deverão ser realizadas 90 dias antes do término do atual mandato, a 16 de dezembro de 1988.

2 Estabilidade

Depois de sistema de governo, é talvez o ponto mais polêmico. Por 59 votos contra 34, foi mantido o texto do Cabral-2, que assegura a garantia do emprego contra demissões imotivadas. O empregador poderá demitir apenas em caso de falta grave, nos contratos a termo e por justa causa, fundada em fato econômico, tecnológico ou infortúnio da empresa.

3 Reforma Agrária

Por 85 votos a 8, foi aprovado que o governo poderá desapropriar grandes propriedades rurais que não cumpram "função social", isto é, que não obedeçam aos requisitos de produtividade, equilíbrio ecológico com o meio-ambiente e boas condições de trabalho aos que vivem em seus limites. O artigo será especificado em legislação ordinária.

4 Empresa Nacional

Por 76 votos a 16, a comissão aprovou que empresa nacional é aquela cujos acionistas majoritários são pessoas físicas residentes no Brasil. As multinacionais (como a Volkswagen, Ford, IBM) serão consideradas empresas brasileiras de capital estrangeiro. Os benefícios e subsídios do Estado serão assegurados só à empresa nacional.

5 Distribuição do petróleo

Por 50 votos contra 41, foi aprovado que a distribuição dos derivados de petróleo só poderá ser feita por empresas com sede no país e com capital majoritário nacional. Se aprovada em plenário, distribuidoras de petróleo estrangeiras como a Shell e Texaco teriam que vender parte de seu capital a brasileiros, ou deixar o país.

6 Direito de greve

A comissão manteve o texto do Cabral-2, que assegura o direito de greve aos empregados, inclusive nos setores considerados essenciais (serviços de água, luz, telefone, bancário e funcionalismo) e proíbe a greve patronal ("lock-out"). Em casos de paralisação, os sindicatos deverão tomar providências garantindo a manutenção dos serviços essenciais.

7 Organização sindical

A comissão manteve a atual estrutura que estabelece o sindicato único para representar uma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial. Foi abolido o imposto sindical e instituída a proibição de intervenção do governo nos sindicatos, que haviam sido definidos em 1931 como "órgãos de colaboração com o Estado".

8 Forças Armadas

É designada às Forças Armadas, por 64 votos contra vinte, a função de defender o país contra agressão externa, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes poderes, da lei e da ordem. Os constituintes de "esquerda" deverão questionar em plenário —e submeter a nova votação— a atribuição de garantir a lei e a ordem.

9 Reforma Tributária

Elimina os privilégios fiscais de magistrados, militares e parlamentares, que atualmente pagam o equivalente a 10% do valor pago por contribuintes comuns de mesma faixa. Permite aos governos estaduais cobrar 5% a mais de imposto de pessoas físicas e jurídicas, e cria o imposto sobre grandes fortunas (47 votos a 37), que será matéria de legislação ordinária.

10 Censura

Aprovado o fim de "toda censura de natureza política e ideológica". Por 67 votos a 5, o Serviço de Censura perde o poder de proibir uma música ou de vetar a exibição de um filme na TV, ou mesmo de impedir que menores tenham acesso a salas de exibição. Sua função passa a ser a de advertir sobre o conteúdo de filmes, peças e eventos culturais.

11 Conselho de Justiça

A comissão manteve a instituição do Conselho estabelecido pelo Cabral-2 com o objetivo de fiscalizar as atividades do Judiciário e Ministério Públíco. O órgão seria integrado por representantes do Congresso Nacional e da Ordem dos Advogados do Brasil. Uma emenda que tentava eliminar o Conselho conseguiu 44 dos 47 votos necessários.

12 Aposentadoria

Por 49 votos contra 36, o artigo aprovado pela comissão concede ao aposentado uma pensão de valor igual ao do seu último salário integral. Garante também reajustes permanentes que mantenham o valor real deste salário. Atualmente, a estrutura de serviços da Previdência é assegurada pela compressão da aposentadoria paga às faixas mais elevadas.

Lula Marques